

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos totais atingiram R\$ 42.916 milhões (31/12/2017 - R\$ 36.874 milhões), representados principalmente pelo montante de depósitos interfinanceiros de R\$ 39.944 milhões (31/12/2017 - R\$ 33.802 milhões).

**Outras Informações**  
A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. A Aymoré informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente dos Demonstros relativos Financeiros do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PwC dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Aymoré CFI. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados, uma vez que os princípios acima indicados foram observados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 21 de março de 2019.

**A Diretoria**

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>3.930.173</b>	<b>7.604.422</b>	<b>6.784.465</b>
Receitas de Crédito		3.736.881	7.228.293	6.274.243
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			192.479	374.875
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros			813	1.254
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(2.293.636)</b>	<b>(5.002.075)</b>	<b>(4.376.684)</b>
Operações de Captação no Mercado		(1.443.493)	(3.354.604)	(3.204.635)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(850.143)	(1.647.471)	(1.172.049)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>1.636.537</b>	<b>2.602.347</b>	<b>2.407.781</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(571.884)</b>	<b>(1.197.438)</b>	<b>(1.274.781)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		18	169.665	332.055
Rendas de Tarifas Bancárias	18	291.081	570.088	594.289
Despesas de Pessoal	19	(105.758)	(212.598)	(223.781)
Outras Despesas Administrativas	20	(475.260)	(923.557)	(875.378)
Despesas Tributárias	21	(190.965)	(342.586)	(337.807)
Resultado de Participação em Controladas	10	120.967	216.825	87.125
Outras Receitas Operacionais	22	236.204	473.110	463.488
Outras Despesas Operacionais	23	(617.818)	(1.310.770)	(1.296.210)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>1.064.653</b>	<b>1.404.909</b>	<b>1.133.000</b>
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>(58)</b>	<b>(565)</b>	<b>(6.326)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>1.064.595</b>	<b>1.404.344</b>	<b>1.126.674</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>24</b>	<b>(418.942)</b>	<b>(469.997)</b>	<b>(509.745)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(246.089)	(289.796)	(393.016)
Provisão para Contribuição Social		(209.672)	(246.818)	(316.897)
Ativo Fiscal Diferido		36.819	66.617	200.168
<b>Participações no Lucro Lucro Líquido</b>		<b>(9.669)</b>	<b>(27.371)</b>	<b>(34.226)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>635.984</b>	<b>906.976</b>	<b>582.703</b>
<b>Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>16.b</b>	<b>-</b>	<b>(100.664)</b>	<b>(95.000)</b>
Nº de Ações (Mil)	16.a		287.706.670	287.706.670
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)			3,15	2,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	01/07 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>635.984</b>	<b>906.976</b>	<b>582.703</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>717.901</b>	<b>1.498.101</b>	<b>1.188.119</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	850.143	1.647.471	1.172.049
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	(28.220)	26.185	181.124
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		51.790	103.733	125.140
Ativo Fiscal Diferido		(36.819)	(66.167)	(200.168)
Resultado de Participações em Controladas	10	(120.967)	(216.825)	(87.125)
Depreciações e Amortizações	20	21.067	42.652	49.954
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(16.633)	(32.841)	(38.849)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(2.468)	(5.668)	(9.687)
Outros		6	11	(4.319)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(1.190.846)</b>	<b>(2.086.535)</b>	<b>(1.270.933)</b>
<b>Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>(119.936)</b>	<b>(220.557)</b>	<b>(180.187)</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(26.345)	(20.944)	276.166
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(4.194.620)	(8.140.136)	(7.407.959)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(2.840)	(4.295)	(2.452)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		144.464	463.163	(824.055)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		9.905	30.275	97.385
Aumento (Redução) em Depósitos		2.958.646	6.153.819	6.333.615
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		213.071	339.144	754.807
Imposto Pago		(172.094)	(680.055)	(318.254)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>163.039</b>	<b>318.542</b>	<b>499.889</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.408)</b>
Aquisição de Investimentos	10	-	-	(92.000)
Aumento de Capital	10	-	(50.000)	(156)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(134)	(156)	(271)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio		1.910	3.674	-
Aplicações no Intangível		-	-	(5.694)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		-	30.362	957
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento</b>		<b>1.776</b>	<b>(16.120)</b>	<b>(99.416)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(378.883)</b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16	(85.564)	(166.314)	(378.883)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento</b>		<b>(85.564)</b>	<b>(166.314)</b>	<b>(378.883)</b>
<b>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>79.251</b>	<b>136.108</b>	<b>21.890</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício</b>		<b>146.565</b>	<b>89.708</b>	<b>68.118</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício</b>	<b>4</b>	<b>225.816</b>	<b>225.816</b>	<b>89.708</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>23.375.665</b>	<b>17.999.584</b>	<b>17.999.584</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 e 17.d</b>	<b>70.778</b>	<b>39.688</b>	<b>39.688</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>17.d</b>	<b>3.433.357</b>	<b>611.073</b>	<b>611.073</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.433.357	611.073	611.073
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>162.696</b>	<b>141.749</b>	<b>141.749</b>
Carteira própria		162.696	141.749	141.749
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>10.767</b>	<b>6.472</b>	<b>6.472</b>
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		10.767	6.472	6.472
<b>Operações de Crédito</b>		<b>16.747.087</b>	<b>14.182.007</b>	<b>14.182.007</b>
Setor Privado	6	17.205.677	14.539.689	14.539.689
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(458.590)	(357.682)	(357.682)
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.e</b>	<b>2.921.293</b>	<b>2.977.894</b>	<b>2.977.894</b>
Rendas a Receber		90.610	39.366	39.366
Créditos Tributários	7	412.103	63.039	63.039
Diversos	8	2.475.778	2.914.045	2.914.045
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(57.198)	(38.556)	(38.556)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>29.687</b>	<b>40.701</b>	<b>40.701</b>
Outros Valores e Bens		1.328	863	863
Despesas Antecipadas		28.359	39.838	39.838
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>20.621.565</b>	<b>19.470.314</b>	<b>19.470.314</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>17.d</b>	<b>18.437.298</b>	<b>14.513.852</b>	<b>14.513.852</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		18.437.298	14.513.852	14.513.852
<b>Operações de Crédito</b>		<b>16.183.298</b>	<b>14.513.852</b>	<b>14.513.852</b>
Setor Privado	6	19.163.905	15.028.725	15.028.725
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(726.607)	(514.873)	(514.873)
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.e</b>	<b>2.180.743</b>	<b>2.444.392</b>	<b>2.444.392</b>
Créditos Tributários	7	1.319.502	1.602.123	1.602.123
Diversos	8	975.315	912.637	912.637
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(114.074)	(70.378)	(70.378)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>3.524</b>	<b>22.320</b>	<b>22.320</b>
Despesas Antecipadas		3.524	22.320	22.320
<b>Permanente</b>		<b>1.109.841</b>	<b>953.848</b>	<b>953.848</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>1.073.635</b>	<b>901.936</b>	<b>901.936</b>
Participações em Controladas - No País		937.790	739.901	739.901
Ágio		135.845	162.635	162.635
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>15.299</b>	<b>19.832</b>	<b>19.832</b>
Imobilizado de Uso		76.475	76.319	76.319
(Depreciações Acumuladas)		(61.176)	(56.487)	(56.487)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>20.907</b>	<b>32.080</b>	<b>32.080</b>
Ativos Intangíveis		143.710	143.710	143.710
(Amortizações Acumuladas)		(122.803)	(111.630)	(111.630)
<b>Total do Ativo</b>		<b>45.107.071</b>	<b>38.423.746</b>	<b>38.423.746</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>19.967.645</b>	<b>17.985.742</b>	<b>17.985.742</b>
Depósitos		29.626	17.217	17.217
Depósitos Interfinanceiros	17.d	19.938.019	17.968.525	17.968.525
<b>Outras Obrigações</b>	<b>17.d</b>	<b>1.613.245</b>	<b>1.498.822</b>	<b>1.498.822</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		168.993	15.268	15.268
Sociais e Estatutárias		168.991	86.337	86.337
Fiscais e Previdenciárias	13	265.872	499.286	499.286
Diversas	14	1.162.189	925.631	925.631
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>21.335.157</b>	<b>17.393.053</b>	<b>17.393.053</b>
<b>Depósitos</b>		<b>20.005.847</b>	<b>15.833.931</b>	<b>15.833.931</b>
Depósitos Interfinanceiros	17.d	20.005.847	15.833.931	15.833.931
<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.329.310</b>	<b>1.559.122</b>	<b>1.559.122</b>
Fiscais e Previdenciárias	13	39.483	172	172
Diversas	14	1.289.827	1.558.950	1.558.950
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>2.191.020</b>	<b>1.546.129</b>	<b>1.546.129</b>
Capital Social:				
De Domiciliados no País		726.561	726.561	726.561
Reservas de Lucros		1.464.440	819.547	819.547
Ajustes de Avaliação Patrimonial		23	21	21
<b>Total do Passivo</b>		<b>45.107.071</b>	<b>38.423.746</b>	<b>38.423.746</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas de Lucros	Próprios	Coligadas e Controladas	Reserva Legal		
	<b>726.561</b>	<b>87.203</b>	<b>530.391</b>	<b>20.383</b>	<b>(24)</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>1.364.514</b>	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>									
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários Lucro Líquido		-	-	-	(20.353)	15	-	582.703	
Reserva Legal	16.c	29.135	-	-	-	-	(29.135)	(285.750)	
Dividendos		-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(86.409)	(86.409)	
Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	86.409	-	-	(86.409)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	-	703.209	30	(9)	-	1.546.129	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>726.561</b>	<b>116.338</b>	<b>703.209</b>	<b>30</b>	<b>(9)</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>1.546.129</b>	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>726.561</b>	<b>116.338</b>	<b>703.209</b>	<b>30</b>	<b>(9)</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>1.546.129</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários Lucro Líquido		-	-	(6)	2	2	-	906.976	
Reserva Legal	16.c	28.973	-	-	-	-	(28.973)	(161.419)	
Dividendos	16.b	-	-	-	-	-	(100.664)	(307.960)	
Juros sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	-	-	-	(307.960)	(307.960)	
Reserva para Equalização de Dividendos</									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Sector Privado</b>		
Indústria	247.491	152.773
Comércio	1.873.553	1.385.710
Instituições Financeiras	3.316	2.106
Serviços e Outros	1.138.634	799.471
Pessoas Físicas	35.895.371	29.895.361
Agricultura	4.793	2.682
<b>Total</b>	<b>39.163.158</b>	<b>32.238.103</b>

## d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão			Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
	Mínima	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>				
AA	-	14.515.963	-	14.515.963	-	-	-
A	0,5%	16.953.629	-	16.953.629	84.768	-	84.768
B	1%	2.605.751	1.123.181	3.728.932	37.289	-	37.289
C	3%	797.240	975.800	1.773.040	53.192	-	53.192
D	10%	306.284	423.697	729.981	72.998	-	72.998
E	30%	29.315	245.683	274.998	62.499	-	62.499
F	50%	15.817	211.095	226.912	113.456	-	113.456
G	70%	10.950	147.609	158.559	110.613	-	110.613
H	100%	60.034	741.620	801.654	801.654	-	801.654
<b>Total</b>		<b>35.294.983</b>	<b>3.868.175</b>	<b>39.163.158</b>	<b>1.356.469</b>		<b>1.356.469</b>

Nível de Risco	% Provisão			Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Total
	Mínima	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>				
AA	-	11.367.157	-	11.367.157	-	-	-
A	0,5%	14.781.546	-	14.781.546	73.908	635	74.543
B	1%	2.232.543	965.408	3.197.951	31.980	-	31.980
C	3%	454.065	900.581	1.354.646	40.639	-	40.639
D	10%	118.300	353.466	471.766	47.177	-	47.177
E	30%	14.894	204.445	219.339	65.802	-	65.802
F	50%	8.311	171.636	179.947	89.974	-	89.974
G	70%	5.657	108.934	114.591	80.214	-	80.214
H	100%	28.362	522.798	551.160	551.160	-	551.160
<b>Total</b>		<b>29.010.835</b>	<b>3.227.268</b>	<b>32.238.103</b>	<b>980.854</b>	<b>635</b>	<b>981.489</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.  
(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, e é alocada em cada nível de risco.

## e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>981.489</b>	<b>925.624</b>
Constituições Líquidas das Reversões	1.647.471	1.172.049
Baixas	(1.272.491)	(1.116.184)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.356.469</b>	<b>981.489</b>
<b>Circulante</b>	<b>396.238</b>	<b>396.238</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>840.681</b>	<b>585.251</b>
<b>Créditos Recuperados<sup>(1)</sup></b>	<b>153.587</b>	<b>123.688</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

## f) Créditos Renegociados

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Renegociados	1.097.064	384.313
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(240.642)	(125.767)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	21,9%	32,7%

## 7. Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.005.027	704.889	(626.880)	1.083.036
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	79.951	89.796	(96.547)	73.200
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	483.870	40.952	(32.139)	492.683
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	66.821	39.452	(50.319)	55.954
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	9.880	10.949	(12.951)	7.878
Outras Provisões Temporárias <sup>(1)</sup>	1.965.162	-	(759)	1.964.403
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>6.032.123</b>	<b>886.038</b>	<b>(819.595)</b>	<b>1.731.605</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.602.239</b>	<b>1.319.502</b>	<b>1.412.103</b>	<b>1.319.502</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>796.340</b>	<b>515.947</b>	<b>(307.260)</b>	<b>1.005.027</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.005.027	704.889	(626.880)	1.083.036
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	79.951	89.796	(96.547)	73.200
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	445.087	71.014	(32.231)	483.870
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50.593	28.295	(12.067)	66.821
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	8.853	13.690	(12.663)	9.880
Outras Provisões Temporárias <sup>(1)</sup>	25.436	-	(5.823)	19.613
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>1.389.313</b>	<b>677.281</b>	<b>(401.432)</b>	<b>1.665.162</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	75.814	-	(75.814)	-
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>1.339.650</b>	<b>677.281</b>	<b>(477.246)</b>	<b>1.665.162</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>998.182</b>	<b>1.602.123</b>	<b>1.602.123</b>	<b>1.602.123</b>

(1) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

A Aymoré CFI não possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Total	Total Registrado
	IRPJ	CSLL	Total		
2019	257.980	154.122	412.102	412.102	
2020	251.042	149.559	401.001	401.001	
2021	248.960	148.607	397.567	397.567	
2022	9.111	5.533	14.644	14.644	
2023	304.706	182.062	486.768	486.768	
2024 a 2028	12.222	7.301	19.523	19.523	
<b>Total</b>	<b>1.084.021</b>	<b>647.584</b>	<b>1.731.605</b>	<b>1.731.605</b>	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

## c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.535.132 (31/12/2017 - R\$1.299.091), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

## 8. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e Créditos a Receber (Nota 6.a)	2.793.576	2.669.689
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	373.730	476.096
Para Interposição de Recursos Fiscais	67.960	55.703
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	10.933	90.292
Impostos e Contribuições a Compensar	103.558	92.840
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	3.029	3.912
Venda de Investimento - Usufruto <sup>(1)</sup>	-	430.615
Adiantamentos Salariais	1.257	1.401
Outros	7.042	6.134
<b>Total</b>	<b>3.451.093</b>	<b>3.826.682</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.475.778</b>	<b>2.914.045</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>975.315</b>	<b>912.637</b>

(1) Liquidação das operações de Usufruto Oneroso de Ações

Através dos contratos de Usufruto Oneroso de Ações (Usufrutos), a Aymoré possuía até outubro de 2026, o direito ao recebimento dos proventos pagos pela empresa objeto do usufruto, a qual era investida das contrapartes nestas operações (Investida). Os Usufrutos estavam registrados como Títulos de Renda Variável na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para venda.

No segundo semestre de 2017, as contrapartes notificaram a Aymoré que haviam acordado a alienação da sua participação na Investida, o que culminou na liquidação antecipada dos Usufrutos, conforme previsto nos contratos. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados na Aymoré valores a receber de R\$430.615 e uma receita de R\$139.604, registrada na rubrica de Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários. A liquidação financeira desta operação ocorreu em 23 de fevereiro de 2018.

## 9. Outros Valores e Bens

Referem-se, substancialmente, a despesas antecipadas referente a comissões de agenciamentos.

## 10. Participações em Controladas

Investimento	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)			Participação Direta
	Atividade	Ações Ordinárias		
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	Instituição de Pagamento	90.724	100,00%	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (1)	Banco	261.359	60,00%	
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	50,00%	
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) (2)	Em transformação	50.000	50,00%	
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>Lucro</b>	<b>Valor dos Investimentos</b>	<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	
31/12/2018	01/01 a 31/12/2018	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018	31/12/2018
Super	678	36.207	65.359	678
Olé Consignado	11.578.519	346.318	695.111	555.646
Banco PSA	310.798	35.828	155.399	147.296
Banco Hyundai	102.146	2.166	51.073	1.083
<b>Total</b>	<b>937.790</b>	<b>739.301</b>	<b>216.825</b>	<b>87.125</b>
<b>Total dos Investimentos Aliviados por Equivalência Patrimonial</b>	<b>937.790</b>	<b>739.301</b>		
Ágio - Super	75.589	88.544	81.078	
Ágio - Olé Consignado	48.544	61.078	61.078	
Ágio - Banco PSA	11.712	13.013	13.013	
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.073.635</b>	<b>901.936</b>		

(1) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000. Ao contrário, em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas do Olé Consignado, em AGE realizada em 9 de fevereiro de 2018, aprovaram o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000, passando dos atuais R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE, na proporção de suas respectivas participações no capital social. A AGE de 19 de fevereiro de 2018, que deliberou pelo aumento de capital, foi aprovada pelo Banco em despacho de 15 de março de 2018.

(2) A Sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 26).

## Movimentação dos Investimentos

	Banco Hyundai	Banco PSA	Super	Consignado	Olé	Total
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2017</b>						
Aumento de Capital	50.000	-	-	-	(68.333)	50.000
Dividendos	-	-	-	-	207.791	216.825
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.083	8.104	(153)	(12.534)	(26.790)	
Despesas de Amortização do ágio	-	(1.302)	-	-	7	8
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(11)
Outros	(11)	-	-	-	-	(11)
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>51.073</b>	<b>167.111</b>	<b>111.796</b>	<b>743.655</b>	<b>1.073.635</b>	

	Banco PSA	Super	Consignado	Olé	Total
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>138.057</b>	<b>122.547</b>	<b>479.247</b>	<b>739.851</b>	
Aumento de Capital	-	20.000	72.000	92.000	
Dividendos	(2.645)	-	(1.935)	(4.580)	
Complemento ao Preço Pago	16.414	-	-	16.414	
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.884	(4.689)	79.930	87.125	
Despesas de Amortização	(3.401)	(12.955)	(12.533)	(28.889)	
Ajuste de Mercado	-	-	15	15	
<b>Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>160.309</b>	<b>124.903</b>	<b>616.724</b>	<b>901.936</b>	

## 11. Imobilizado de Uso

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Custo</b>	<b>10.747</b>	<b>12.133</b>
Depreciação	(8.614)	(2.133)
<b>Residual</b>	<b>2.133</b>	<b>2.653</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.795	27
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.863	(3.785)
Sistemas de Processamento de Dados	3.965	(43.835)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	56.856	13.021
Outras	2.214	118
<b>Total</b>	<b>76.475</b>	<b>(61.176)</b>

## 12. Intangível

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Custo</b>	<b>142.518</b>	<b>121.611</b>
Amortização	(1.192)	(1.192)
<b>Residual</b>	<b>141.326</b>	<b>120.419</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	142.518	121.611
Outros Ativos Intangíveis	(1.192)	(1.192)
<b>Total</b>	<b>141.326</b>	<b>120.419</b>

## 13. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	233.204	414.857
Provisão para Tributos Diferidos	87	252
Impostos e Contribuições a Pagar	72.064	54.349
<b>Total</b>	<b>305.355</b>	<b>469.458</b>
<b>Circulante</b>	<b>265.872</b>	<b>469.286</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>39.483</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	
	31/12/2018	31/12/2017
Experiência do Plano	17	101
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1)	(3)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>16</b>	<b>98</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(22)	(111)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(22)</b>	<b>(111)</b>
<b>Mudança no Superávit Irrecuperável</b>	<b>1</b>	<b>(5)</b>
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:		
	Duração (em anos)	
	31/12/2018	31/12/2017
	10,78	11,07

Sanprev II

### II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2018 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R\$930 (31/12/2017 - R\$469).

### b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No exercício de 2018, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$69 (31/12/2017 - R\$58) para o Programa Global e R\$1.276 (31/12/2017 - R\$506) para o Programa Local, registrados em despesas de pessoal.

### 26. Reestruturações Societárias

#### a) Criação Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O Banco Hyundai será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, as

partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A., bem como o aumento de capital social de R\$99.995, passando ao valor de R\$100.000, dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai. A Aymoré CFI detém o controle operacional desta sociedade.

Em 21 de fevereiro de 2019, o Banco Central do Brasil outorgou autorização ao Banco Hyundai Capital Brasil S.A. para operar como uma instituição bancária. A expectativa é que o Banco Hyundai esteja apto a operar no primeiro semestre de 2019.

### 27. Evento Subsequente

#### a) Aumento de Capital no Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em AGE de 19 de fevereiro de 2019, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram o aumento de capital social da sociedade no montante de R\$200.000, passando o capital social total de R\$100.000 para R\$300.000, dividido em 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A efetivação do aumento de capital da sociedade está sujeita à autorização do BACEN.

#### b) Excesso de Reservas

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 30 de abril de 2019 será proposto a seguinte destinação do excesso das reservas constituídas em 31 de dezembro de 2018, correspondente a R\$737.880, será destinado ao aumento de capital no montante de R\$615.920 e ao pagamento de dividendos no montante de R\$121.960.

#### c) Aquisição de Participação Residual no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado à Aymoré CFI. A efetivação da operação está sujeita à execução dos procedimentos previstos no Contrato de Investimento.

### 28. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

## DIRETORIA

### Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

### Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia

Gustavo de Sousa Santos

Andre de Carvalho Novaes

Ricardo Olivare de Magalhães

Antonio Pardo de Santayana Montes

## Contador

Leonardo Santicioli - CRC SP- 265213/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

### Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 21 de março de 2019

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4